

---

## O mijo, o picho e o lixo: as festas de rua e as modulações do público e do privado

*Piss, picho and trash: the street parties and the modulations of public and private*

**Gabriel Vargas Bernardo, Camila Braz da Silva, Luis Artur Costa, Simone Mainieri Paulon e Rafael Godois Saldanha**

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/12604>

DOI: 10.4000/pontourbe.12604

ISSN: 1981-3341

### Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

### Edição impressa

Data de publicação: 28 dezembro 2022

### Referência eletrónica

Gabriel Vargas Bernardo, Camila Braz da Silva, Luis Artur Costa, Simone Mainieri Paulon e Rafael Godois Saldanha, «O mijo, o picho e o lixo: as festas de rua e as modulações do público e do privado», *Ponto Urbe* [Online], 30 v.2 | 2022, posto online no dia 28 dezembro 2022, consultado o 29 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/12604>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.12604>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 29 dezembro 2022.



Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional - CC BY 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

---

# O mijo, o picho e o lixo: as festas de rua e as modulações do público e do privado

*Piss, picho and trash: the street parties and the modulations of public and private*

**Gabriel Vargas Bernardo, Camila Braz da Silva, Luis Artur Costa, Simone Mainieri Paulon e Rafael Godois Saldanha**

---

## NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em 08/04/2022 / Original Version 08/04/2022

Aceitação / Accepted 08/07/2022

## Introdução

- 1 As cidades contemporâneas são emaranhados extremamente complexos que comportam uma infinidade de modos de habitá-las, tensões entre diversas atories e múltiplas composições de instituições e tecnologias. As cidades ultrapassam as fronteiras geopolíticas dos municípios e as fronteiras entre urbano e rural, posto que são linhas de articulação e construção de cotidianos que atravessam países e continentes em malhas heterogêneas impassíveis de redução a uma localidade ou estilo. Assim, as cidades são sempre declinadas no plural. A pesquisa que aqui se apresenta parte desta pluralidade, mas dedica-se, mais especificamente, ao estudo das cidades em sua formação metropolitana, derivada das modernas sociedades urbano-industriais, especificamente, dando atenção às modulações das fronteiras entre o público-privado. Este trabalho faz parte de um estudo que procura compreender os modos de habitar o espaço urbano em Porto Alegre<sup>2</sup>, contemplando populações heterogêneas. Para tanto, foram divididos subgrupos com os quais trabalhamos, como ciclistas, moradores de

ocupações, mulheres em situação de violência de gênero, população de rua<sup>3</sup>, imigrantes e participantes de festas de rua, subgrupo ao qual se relaciona o presente artigo.

- 2 Por festas de rua tomamos as aglomerações realizadas em espaço público – praças, parques, ruas, "calçadas", largos e outras áreas externas de "livre circulação"<sup>4</sup> na cidade, sem cobrança de ingresso ou controle oficial de entrada. São festas embaladas com música performada ao vivo por meio de instrumentos acústicos e eletrônicos, e/ou pré-gravada e reproduzida naquele momento – e com produção organizada por um núcleo de pessoas, normalmente estruturadas em coletivos, associações e outros tipos de agremiação, sem participação direta do poder público ou de empresas privadas. A divulgação de tais festas parte, geralmente, de ações nas redes sociais iniciadas pelo grupo que promove o evento e multiplicadas pelo público que as frequenta. Alguns eventos apresentam regularidade no calendário – ocorrendo semanalmente por algum período, por exemplo – e outros são sazonais ou sem agenda fixa. Todas as festas acompanhadas pela pesquisa ocorrem dentro da zona urbana de Porto Alegre, sua região central e adjacências. É interessante destacar que, mesmo nas festas na qual se tem um núcleo organizador, a fluidez proporcionada pelo agenciamento entre festa e cidade produz um funcionamento característico da festa de rua que escapa à sua organização oficial de modo singular. Dessa forma, os caminhos que levam até o local da festa, as bordas/margens, os agrupamentos de pessoas que nelas se formam, a relação entre comerciantes oficiais e não oficiais, o financiamento, a relação com a segurança pública e privada, a relação com os resíduos, todos estes elementos tornam-se analisadores potentes nas reflexões que habitam o nó "cidade + festa + política".
- 3 Uma característica importante das festas de rua é a transformação radical do visual urbano proporcionada por tais aglomerações lúdicas. Em Porto Alegre, o coletivo *Arruaça* faz festas de rua embaladas por música eletrônica desde 2014, optando, na maioria das vezes, por lugares centrais da cidade, produzindo metamorfoses urbanas que contam com a arquitetura e mobiliário urbano disponível no local, uma multidão de corpos bailantes, DJs, música eletrônica, luzes de festa e uma série de outras modificações vivenciadas pela cidade. Onde, durante o dia, há comércio de rua e uma infinidade de transeuntes, à noite há uma pista de dança. O espaço embaixo de viadutos sobre os quais, ao longo dos dias, carros passam incessantemente, e é ocupado à noite quase que somente por pessoas que fazem da rua sua moradia, em noites de festa ganha outros ares, com corpos dançando ao som de música alta, luzes e projeções estampadas no concreto.
- 4 Tensões relacionadas ao público e ao privado ganham força no âmbito das transformações na cidade: quem pode e quem não pode transformá-la? Onde pode e onde não pode ser transformada? O mercado imobiliário, mas não apenas este segmento, atua de maneira incisiva na relação público-privado, impondo um modelo de cidade-mercado. O Estado, como ente público regulador do espaço urbano, age em consórcio com o mercado, na maior parte das vezes. Os movimentos sociais organizados, por sua vez, participam do debate sobre o público e o privado nas cidades, contribuindo com a problemática, a partir das suas pautas. Todos estes elementos configuram as tensões mencionadas no âmbito da política.
- 5 Por política costuma-se entender as relações entre Estado, população e mercado, suas formas de poder jurídicas, urbanísticas, econômicas, policiais, assembleísticas etc., o que pode ser tratado como poder político tradicional ou poder político coercitivo. Neste artigo, vamos além da concepção de poder político tradicional, considerando política

como qualidade intrínseca à vida em coletivo – sendo toda e qualquer vida sempre um coletivo cosmopolítico – podendo estar fora do âmbito coercitivo do Estado, em algumas vezes operando contra ele (CLASTRES, 2017). São os gestos, hábitos, caminhos, danças, compras e vendas, todo um universo de práticas cotidianas e corporificadas, um vasto campo de micropolíticas (BUTLER, 2018; GUATTARI; ROLNIK, 1986), processos de produção de mundo que desenham mapas afetivos, uma psicotopologia<sup>5</sup> da vida cotidiana, que podem configurar-se em Zonas Autônomas Temporárias<sup>6</sup> (BEY, 2018), no limite paradoxal entre o dentro e o fora das cidades.

- 6 As festas e as cidades são máquinas de subjetivação (DELEUZE; GUATTARI, 2010; 1997) que operam diferentes políticas, arranjos entre seres vivos múltiplos, objetos técnicos<sup>7</sup>, minerais, relevo, clima, constituindo hábitos que performam uma urbanidade – ao mesmo tempo geral e singular em sua multiplicidade heterogênea – que insiste e resiste sobrecodificada por processos de homogeneização, numa dinâmica ecossistêmica. Máquinas são arranjos de elementos heterogêneos (instituições sociais, saberes, seres vivos e inanimados, modos de produzir, morar etc.) que, nos seus processos autopoieticos, também produzem outras máquinas, com as quais se acoplam em novos arranjos: a máquina moderno-colonial capitalística, por exemplo, se coaduna a diferentes máquinas urbanísticas que se unem na performance de nossas cidades brasileiras, as quais, por sua vez, constituem seus próprios processos maquínicos, que tanto reproduzem quanto subvertem e resistem a tais máquinas urbanístico-coloniais<sup>8</sup>. As cidades não são, portanto, cenários inertes nos quais se desenrolam as vidas, mas sim agenciamentos coletivos que performam tanto as vidas, quanto as cidades, em um processo de coengendramento.
- 7 No tensionamento público-privado nas cidades, algumas populações são constantemente invisibilizadas e violentadas ao extremo. O recorte de gênero, sexualidade, raça e classe, desde uma perspectiva interseccional (KYRILLOS, 2020), atravessa a discussão de público e privado nas cidades em muitas esferas. Tais tensões permitem a alguns corpos circular com maior segurança no espaço urbano, enquanto reduz outros a vítimas constantes de violência, muitas vezes praticada pelo próprio Estado, dando forma ao racismo e machismo estruturais. Estas estruturas traduzem-se em tecnologias de controle e vigilância performadas por atores humanos e não humanos (LATOUR, 2012), como guardas, policiais, vigias, luzes, grades, câmeras, sistemas de identificação etc.
- 8 Tais modulações, que cindem e regulam as prescrições de *performances* a partir dos critérios “público” e “privado”, são um importante atravessamento na delimitação das nossas formas de vivermos juntas: onde, quando, quem, como, pode fazer/falar o quê? As festas de rua costumam tensionar o que poderíamos chamar de políticas da vizinhança (OLIVEIRA, 2018), ou seja, o conjunto de práticas e condições de possibilidade de juízo que delimitam constantemente nossas ações, na constituição dos coletivos, no compartilhamento de espaços urbanos, em construções de um morar juntas. A cisão e regulação entre público e privado é um destes muitos juízos que costumam ser acionados constantemente em tais políticas do avizinhar-se. São, por exemplo, juízos estéticos e morais que separam o considerado “adequado” do “inadequado” nas formas de conviver. Podemos, também, referir o juízo que separa os sons em música e ruído, ou ainda o juízo que separa os odores em perfume ou fedor. Tratam-se, enfim, de juízos que pretendem separar festividade de arruaça. 00000

- 9 O presente artigo percorre esses caminhos pesquisantes, e as experimentações urbanas por eles apontadas, a partir de três analisadores que nos auxiliam a pensar como as festas de rua tensionam nossas formas de produção do comum<sup>9</sup>: o mijo (tanto o ato de urinar quanto os resquícios deste ato no território público), o picho (o ato de tensionar a noção de propriedade da paisagem urbana por meio da subversão da cisão público-privado e arte-crime), e o lixo (os restos da produção e do consumo que, ao estarem parcialmente deslocados de seu valor de uso para parte da população, passam a ser considerados indesejados).
- 10 Difícilmente podemos dizer com exatidão os motivos que levam as pessoas a festejar, ainda assim, a cidade encontra seus meios de fazer fluir os diferentes ritmos que assumem forma nestas assembleias de corpos. Algunes se prepararam *pro rolê* com antecedência, outres ouvem o burburinho de longe nas calçadas e resolvem aparecer. Estando lá só para festejar com es amigos ou para trabalhar em profissões muitas vezes não tão reconhecidas como trabalho, e que não se deixam determinar por uma lógica fordista ou industrial (como DJs, produtories culturais, ambulantes, catadories de lixo, traficantes de drogas etc.), somos levades a congregar na festa, a uma reunião coletiva dos corpos na rua.

## Metodologia: O retorno das saturnálias

- 11 O grupo de pesquisadories das festas<sup>10</sup> de rua foi composto por pessoas que são tanto frequentadoras quanto produtoras destes eventos. Cada um dos corpos que participaram desta investigação trazia consigo uma série de memórias das festas frequentadas antes e durante a pesquisa. Nos primeiros anos da pesquisa (entre 2018 e 2019) foram realizadas algumas saídas de campo para festas de rua que se somaram às memórias anteriores ao início da investigação; no entanto, no momento da elaboração das análises, as festas de rua estavam suspensas em razão da pandemia de COVID-19. Tal intimidade des pesquisadories com seu campo, fazendo dos seus próprios corpos e memórias fontes das informações que conformam essa investigação, traz consigo potências e riscos: por um lado, temos a possibilidade de adensar as linhas que tramam os campos de afetações micropolíticas das experiências nas festas de rua; por outro, temos o incremento da importância de uma constante análise de implicação (PAULON, 2005; PAULON; ROMAGNOLI, 2010) para evidenciar a posicionalidade des pesquisadories (HARAWAY, 1995) e a co-emergência sujeito-objeto (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).
- 12 O grupo passou a reunir-se periodicamente (entre os anos de 2020 e 2021) formando um Dispositivo Coletivo de Análise: espaço online no qual compartilhavam experiências de festas passadas e efetuavam análises acerca de tais memórias, problematizando suas implicações político-conceituais para pensar a cidade e nossas modulações do comum. Esta construção coletiva nos permitiu agenciar os contágios sensíveis (COSTA, 2020) das narrativas compartilhadas (orais e escritas) com um processo analítico que evidenciava as questões micropolíticas presentes nestas. Tal análise foi operada com o auxílio de um repertório conceitual erigido no transcorrer dos próprios processos de partilha. Somaram-se à atenção às memórias des pesquisadories a leitura de notícias de jornal e textos públicos acerca das festas de rua em Porto Alegre, além do estudo de autories que auxiliaram a analisar a dimensão micropolítica destas festas.

- 13 O Dispositivo Coletivo de Análise constituiu um território de memórias tramado por experiências que subverteu o tempo cronológico em uma temporalidade intensiva (DELEUZE, 1975). A menção ao retorno de saturno (subtítulo) remete a tal operação de subversão do tempo cronológico em tempo intensivo (DELEUZE, 1975), pela qual fizemos da nossa memória um complexo, heterogêneo e fugidio objeto de pesquisa clínico-política: nossos próprios processos de subjetivação foram cartografados durante a análise coletiva, nossas vidas e seus campos de afetações se tornaram matéria da investigação. Importante ressaltar que tal aspecto fugidio é visto aqui como potência ficcional (COSTA, 2014; COSTA, 2020, COSTA et al., 2022) do narrar clínico-político que transforma seu campo de investigação ao mesmo tempo que o prescrua, bem ao modo da tradição da pesquisa-intervenção na análise institucional (LOURAU, 2004). Aqui a noção de memória é tomada a partir das concepções de Nietzsche (1999; 2009; GIACÓIA, 2001) e Bergson (1999; 2006), ou seja, é compreendida enquanto um campo intensivo de virtualidades-forças em constante devir nos seus processos de atualização-formas, de modo que a usual divisão cronológica entre passado, presente e futuro não se aplica, posto que vivemos uma trama temporal, atual e virtual (DELEUZE, 2018), de condições de possibilidades e possibilidades de condições, sempre a rearranjarem-se em novas modulações. O Dispositivo Coletivo de Análise, deste modo, efetuava movimentos exploratórios por meio do compartilhamento de narrativas-experiências (COSTA, 2020), *devirando* formas atuais em forças virtualizadas e vice-versa (COSTA; FONSECA, 2007).
- 14 Neste exercício de construção de um território narrativo pelo compartilhamento de memórias, o Dispositivo Coletivo de Análise explorou múltiplas possibilidades de ocupação do espaço público de Porto Alegre, mas concentrou-se em especial nas festas de rua organizadas ou frequentadas pelos estudantes universitários, as quais costumam afirmar a si mesmas como formas de ocupação do espaço público para promoção de acesso à cidade. Em especial, compartilhamos narrativas e produzimos análises acerca de três festas de música eletrônica, duas rodas de samba, entre outras que se realizam ou realizavam em espaços públicos da cidade de Porto Alegre: Arruaça, Greta, Plano, Samba de terça – com Encruzilhada do Samba, Cumbia na Rua, cortejos de blocos de carnaval etc.
- 15 Desde as saídas de campo (2018-2019) até o Dispositivo Coletivo de Análise (2020-2021), a pesquisa sempre se sustentou em uma perspectiva cartográfica (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009; ROLNIK, 2011), mais especificamente em uma ética cartográfico-ficcional (BOTTONI; COSTA, 2018): partindo da imanência entre sujeito e objeto, entre o gesto de investigar e de intervir, assim como assumindo a inerente posicionalidade e perspectivismo de qualquer construção do saber, a cartografia se propõe a acompanhar processos, de modo fragmentar, parcial e inacabado, ficcionando uma trama de sentidos a partir destes encontros sem pretensões de representação do ocorrido, mas sim com o objetivo de problematização do próprio campo do que é experienciável e inteligível desde tais composições de experiências (DELEUZE; GUATTARI, 1992): a questão, deste modo, não é o que estas narrativas, memórias e experiências nos dizem sobre as festas, mas sim o que conseguimos dizer, pensar e sentir acerca da dimensão micropolítica das festas a partir da experimentação-compartilhamento de tais narrativas. Compartilhamos cenas cotidianas não com o objetivo de representar eventos, mas sim de evocar e provocar experiências-questões que acontecimentalizem (FOUCAULT, 1990) nosso regime sensível e inteligível acerca das festas de rua. Os exercícios memorialísticos e problematizações do dispositivo coletivo foram produzidos

por meio de narrativas ensaístico-ficcionais das festas de rua. Tais narrativas se dão segundo o método da ficção e do ensaio (COSTA, 2014; COSTA, 2020; COSTA et al., 2022), erigindo pelas próprias narrativas um conjunto de analisadores, os quais permitem visibilizar uma diversidade heterogênea de lógicas que atravessam a performance das festas de rua como prática de construção dos espaços urbanos.

- 16 A construção do nosso plano problemático (um complexo de problemas e/ou trama de questões agenciadas de modo a tensionarem as experiências) se deu, pouco a pouco, em conjunto com a construção deste território memorialístico. Este campo de pesquisa, construído por meio do exercício estético de contágios mútuos, nos remete à noção de conversa (DELEUZE; PARNET, 1998) e sua potência de (trans)formação de territórios: das conversas emergiam problematizações coletivas, das quais despontaram um conjunto de analisadores (LOURAU, 2004), os quais, por sua vez, nos permitiram revisitare as referidas narrativas e visibilizar algumas das operações de deslocamentos políticos que as festas produzem em nossos modos de vivermos juntas. O narrar e o pesquisar co-emergiram com o adensamento dos compartilhamentos, que passaram a evidenciar alguns nós-narrativos que delinearam pontos tensos das nossas experiências das festas: as fronteiras entre público e privado, entre lazer e trabalho, consumo e resistência, assim como a questão do acesso e da segurança pública. Extraímos de tais tensões alguns analisadores: pontos que nos permitem visibilizar tramas tensas-densas das experiências, de modo a nos permitir sensibilizarmo-nos à dimensão micropolítica das festas de rua. Para o presente artigo, selecionamos alguns analisadores que nos permitem pensar as tensões provocadas pelas festas de rua nas fronteiras instituídas entre o público-privado em nossas cidades: o mijo, o lixo e o picho.

## **Analisadores: tensionando o público e o privado (o mijo, o picho e o lixo)**

### ***Mijo: o ato de urinar como modulador das fronteiras entre público e privado estabelecidas a partir da cisheteronorma patriarcal***

- 17 Excrementos. Pedacos de nós, dobras estranhas de mundo tornadas íntimas em nossas entranhas. Pedacos de nós certamente, mas pedacos fluidos, que vazam dos limites do privado, nós os secretamos no duplo sentido que tal palavra carrega em suas operações: secreções secretadas, ou seja, jogadas para fora e, ao mesmo tempo, mantidas em segredo. Movimento peristáltico paradoxal que volta e meia transborda em *bug* da civilidade privatista burguesa: peidos, arrotos, mijo e fezes, já nos dizia Artaud, são as vozes profundas do corpo a fazer tremer as superfícies de sentidos (DELEUZE, 1975). Tensionar tal fronteira privatista do íntimo burguês pode fazer emergir, portanto, a avassaladora experiência do absurdo e do improdutivo que permeia nossas palavras, gestos e excessos.
- 18 Um murmúrio de tripas em alto e bom som no ambiente público pode ser mais constrangedor para muitos do que uma idiotice proferida na mesma esfera: a fragilidade presente no descontrole esfinteriano nos parece mais grave do que um entendimento torpe. Compartilhar com es convives a intimidade dos sons e odores das nossas entranhas mais íntimas é um pesadelo para a moral burguesa ocidental e sua fome por fronteiras duras entre o dentro e o fora das epidermes, na delimitação da primeira propriedade privada: nosso corpo. O banheiro e a privada são, hoje, o

território considerado próprio para tais excrementos e tormentos. No ocidente, o ato secreto de secretar excrementos é tido como extremamente privado e, portanto, deve ser realizado na privada, preferencialmente na louça doméstica do lar próprio, privada da qual somos dones e, portanto, conhecemos suas manchas, trincas, trejeitos, manias próprias. Privadas nas quais podemos privar es demais dos nossos odores e ruídos de dentro.

- 19 As organizações das festas são obrigadas pelo poder público a prover um local pudico para cada conviva depositar seus excrementos: costumam, para isso, alugar banheiros químicos, com fins de ofertar uma cabine privada, com privada, aes festeires. Mas, evidentemente, tais cabines raramente dão conta da demanda do público e a urina transborda pelos becos, canteiros, meios-fios e calçadas: para desgosto des vizinhos que irão conviver com os restos da festa fermentada no dia seguinte. No caso das festas de rua realizadas de modo informal, sem o aval do poder público, tal problema costuma se intensificar diante da ausência ou menor número das cabines plásticas denominadas “banheiros químicos”.
- 20 Em 2017 ocorreu uma festa de rua – auto-intitulada Arruaça – na Praça da Alfândega de Porto Alegre. Aquele território do centro vivia naquela noite uma ocupação muito distinta da usual: diversas pessoas dançavam movidas pela música eletrônica e se deslocavam entre a Praça e a Ocupação Saraí, diante da qual ocorria uma Cumbia na Rua<sup>11</sup>. Além dos movimentos dos corpos dançando, outros vagavam de uma festa a outra com alegria de poder deslocar-se naquele território noturno sem maiores receios. Durante a festa uma mulher procurava angustiada uma solução para sua necessidade de esvaziar a bexiga apertada. Mirando para os lados, não via uma opção formal sequer. As ruas movimentadas des caminhantes entre as duas festas dificultavam ainda mais encontrar um cantinho mais resguardado, para erigir um espaço de intimidade adequado para se agachar e urinar. Uma amiga, apercebendo-se da ansiedade da companheira de festa, tocou-lhe o ombro e apontou para um dos pequenos jardins que formam o mosaico da Praça da Alfândega.
- 21 Por entre as pequenas moitas, de não mais de 60 cm, se divisavam algumas cabeças aparecendo acima das folhagens. Tratava-se de um canteiro cercado por pequenas grades com não mais de 10 cm, ladeado pelas moitas e mal gramado no seu miolo. A mulher olhou para os lados e achou estranho: ela tinha em torno de 40 anos e era sua primeira festa de rua daquele feitio, sentia-se um pouco deslocada em meio àquela maioria mais jovem, mas também estava se divertindo muito e não queria abandonar a festa. A vergonha de urinar em público agachada entre desconhecides a fazia titubear enquanto balançava o pé sôfrega por esvaziar a bexiga. O aperto vivido e a presença de outres companheiros no canteiro levou-a a transpor o constrangimento inicial. Passou o cercadinho com um passo um pouco mais largo e foi se aproximando do coletivo de cócoras, pouco a pouco, pedindo licença hesitante. Acocorades em meio à vegetação baixa, estas pessoas não apenas compartilhavam o momento de urinar, compartilhavam também o constrangimento de terem de se esconder dos olhares da turba naquele espaço exíguo pouco privado. O grupo de pessoas estava um pouco disperso na pequena área do ajardinado, mas deram boas-vindas e foram continentas com a nova companheira. Em certo momento, uma das que se aliviava comentou em voz alta com es colegas de urina: “bah, devia ter trazido papel”. Prontamente outra anuncia: “Eu tenho!” A partir daí se formou um coletivo através da movimentação do papel que também promovia uma intensificação nas trocas verbais e nos laços de afeto e

solidariedade. Uma consistência afetiva de compartilhar histórias e papel higiênico se formou ali e, durante toda a noite, volta e meia se formava novamente uma pequena assembleia com trocas constantes entre as pessoas que fizeram daquele jardim um espaço seguro para suas necessidades.

- 22 Vemos no caso acima a constituição de coletivos fugazes construídos por uma dupla operação: o compartilhamento de uma opressão e da possibilidade de enfrentá-la coletivamente. Somam-se neste caso as opressões quanto aos modos de visibilidade dos corpos femininos, não binários, de pessoas trans, travestis – e toda as formas de dissidência de sexo e gênero – em uma lógica patriarcal baseada na vergonha, no medo, na culpabilização, no controle, com as opressões oriundas de uma cultura cisheteronormativa machista, que compreende a relação sexual como relação de predação segundo uma lógica da posse, da conquista, da aniquilação e do estupro. A culpa-vergonha e o medo somam-se sinergicamente nos modos de regulação dos hábitos excretórios nas sociedades moderno-ocidentais. Afinal, mesmo sendo a excreção um gesto biológico sobre o qual nos restam restritas escolhas, a construção dos regimes de sensibilidade, visibilidade, dizibilidade e performatibilidade de tais atos é amplamente regulada por uma máquina heterogênea, constituída por elementos prescritivos (diretos e indiretos) da moral, da ciência, da arquitetura, das leis, do vestuário etc. Assim, temos não apenas uma grande variação intercultural de tais hábitos, como também temos uma regulação baseada nos marcadores de gênero, idade, classe, sexualidade e raça no que se refere aos modos considerados aceitáveis deste comportamento. A lógica patriarcal regula de modo opressivo e ostensivo os atos de excreção a partir de cisões e hierarquizações entre gêneros.

Há países em que os homens urinam sentados e acontece que mulheres urinem de pé: isso é feito habitualmente por muitas camponesas; mas, na sociedade ocidental contemporânea, querem geralmente os costumes que elas se agachem, ficando os homens de pé. Essa diferença é para a menina a diferenciação sexual mais impressionante. Para urinar, ela precisa agachar-se, despir-se e, portanto, esconder-se: é uma servidão vergonhosa e incômoda. (BEAUVOIR, 2009, p. 312).

- 23 Dentre estas muitas peculiaridades androcentradas, nas festas faz-se ver o privilégio do homem cis da visibilidade genital em contraposição ao extremo controle social moderno-colonial sobre os outros corpos. Aos homens cis não parece ser interditado o ato de urinar em público. Muito antes pelo contrário. Alguns urinam sem olhar para os lados, sem esconder-se. O pênis é um elemento anatômico foco de muitas operações na cultura ocidental em seu androcentrismo. Na construção da sociabilidade masculina hegemônica os jogos relacionados ao pênis são parte dos ritos de homosociabilidade (WELZER-LANG, 2001): comparar tamanhos, campeonatos de masturbação ou com os jatos de urina constroem o território no qual os varões se colocam lado a lado de estranhos em urinóis sem divisórias nos banheiros públicos do mundo. No entanto, para além deste compartilhar masculino padrão, homens cis também possuem o hábito de ocupar as ruas como espaço possível para o alívio de suas necessidades. O orgulho do próprio membro (BEAUVOIR, 2009) parece induzir tanto uma tranquilidade quanto um incentivo a exibi-lo em público:

O sexo do homem é limpo e simples como um dedo; exhibe-se com inocência, muitas vezes os rapazes o mostram aos companheiros com orgulho, num desafio; o sexo feminino é misterioso até para a própria mulher, é escondido, atormentado, mucoso, úmido; sangra todos os meses e é por vezes maculado de humores, tem uma vida secreta e perigosa (BEAUVOIR, 2009, p. 420)

- 24 Assim como estão regulados pelas normas patriarcais, os atos de excreção também são regulados pelas cisheteronormas, fazendo dos banheiros e dos atos de excreção em público verdadeiros dispositivos de reiteração e problematização das lógicas cisheteronormativas: “No século XX, os banheiros se tornam autênticas células públicas de inspeção nas quais se avalia a adequação de cada corpo com os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade” (PRECIADO, 2019, p. 1). A cisheteronormas moderno-colonial, assim, produz violências na busca por enquadrar os corpos trans em suas prescrições performativas<sup>12</sup>: Diante de tal norma, o mero ato de ir a um banheiro público se torna uma prática de resistência para pessoas trans, que criam estratégias de enfrentamento nos espaços, como, por exemplo, de levar alguém consigo quando precisam ir ao banheiro (DIAS; ZOBOLI; SANTOS, 2018).
- 25 A festa de rua rompe com certos códigos da modulação entre o público e o privado, sendo o ato de excretar um destes códigos colocados em jogo de tensionamento. Evidentemente, o privilégio patriarcal e a heterogeneidade da hegemonia machista fazem com que tais tensões tampouco sejam homogêneas, mas vê-se nitidamente que, junto com o picho e o lixo, o mijo joga outras luzes-sombras nas fronteiras entre o eu e o outro, o dentro e o fora de mim, entre o público e o privado, o belo e o feio, o útil e o inútil. Não é necessário, para tanto, chegarmos ao Golden Shower que ocorreu em uma festa de rua e foi até mesmo comentado pelo presidente<sup>13</sup>. No entanto, seu comentário é exemplar da potência subversiva e complicadora das fronteiras do ajuizado presente no simples ato de urinar e/ou defecar, que se fazem presentes em diferentes formas de protesto público<sup>14</sup>.
- 26 A questão do urinar nas ruas para mulheres cis e trans, homens trans, travestis, pessoas não binárias e outras dissidências costuma ser mais tensa diante da moral ocidental. Assim, torna-se também um problematizador mais intenso e rico do que o ato dos homens cis de urinar na via pública. Não faz muito tempo que o gesto foi associado nas redes sociais ao que alguns consideram “mulheres de pouca vergonha”. Não por acaso, a polícia da moral pública identificava tal “falta” com posicionamentos políticos feministas à esquerda<sup>15</sup>. Muitos foram os impropérios lançados pelas mídias horizontais e compartilhados entre aqueles que viam em tais atos um ataque à moral cristã-conservadora e aos valores familiares. Assim, por consequência, o ato de mulheres cis e trans, travestis, pessoas não binárias, intersex etc. excretarem na via pública tornou-se signo de protesto e resistência ao acontecimentalizar os regimes de aceitabilidade (FOUCAULT, 1990), não apenas da regulação entre o público e o privado, mas também no que tange à prescrição de modelos de performabilidade para os sexos e os gêneros. Deste modo, o ato de urinar torna-se um ato político e, portanto, campo de disputas micropolíticas. Debatendo tanto, por um lado, políticas públicas – como, por exemplo, a inexistência de banheiros públicos femininos em praças e vias europeias nos quais existem urinóis masculinos<sup>16</sup> – quanto, por outro lado, os hábitos privados do urinar no próprio lar – ao problematizar, por exemplo, a posição (sentado ou em pé) do urinar no banheiro das casas de cada um<sup>17</sup>.

### Os restos da festa: lixo<sup>18</sup>, odores e ruídos como “poluições” urbanas

- 27 Cheiros e sons não respeitam as fronteiras da cidade praticada (CERTEAU, 2014). Zonas noturnas despertam nos dias de sol com o odor de urina morna e fermentada. Como nas cidades medievais, quando os excrementos eram jogados das janelas às calçadas, es

transeuntes levam suas mãos às narinas na busca de amainar a aspereza da paisagem odorífera. A presença dos corpos festivos da noite insiste pela manhã e invade o jogging matinal e o passeio com cachorros, ou tensiona mais os passos apressados a evitar poças de urina no caminho para o trabalho.

- 28 Emerge aqui outro aspecto deste mesmo analisador, que é a urina como um tensionador das políticas de vizinhança (OLIVEIRA, 2018), presente nos bairros residenciais que dão lugar a festividades rueiras durante parte do seu dia e da sua semana. É usual vermos a formação de conflitos entre festas e suas vizinhanças por conta da presença dos excrementos na via pública<sup>19</sup>.
- 29 A ocupação boêmia das ruas costuma conflitar com a vizinhança em especial nestes dois quesitos: barulho e odor. Ambas as ações concretas e materiais, mas de concretude e materialidade singular, próximas do conceito de imaterial ou de fantasma dos estoicos (LUCRÉCIO, 2007): corpos sutis que se desprendem dos mais densos e viajam distâncias maiores em dispersão pelo espaço. Assim, odor e ruído são como ações à distância que rompem fronteiras e, portanto, possuem alta potência subversiva no que tange ao tensionamento das linhas que orientam as divisões entre o público e o privado. Corpos sutis, são emissões dispersivas de nós em uma comunidade etérea à qual encontramos na vibração de nossos tímpanos ou estimulação do nervo olfativo: momentos nos quais tais corpos transpassam e se arranjam aos nossos em uma trama de contágios e tensões.
- 30 As áreas boêmias e as festas de rua se fazem especialmente ricas em tal fauna aerada a atravessar a pele dos corpos, as paredes dos quartos e tudo mais. Os ruídos-odores associados ao lazer-prazer podem ter especial peso e tensão na convivência urbana. Posto que estes são considerados supérfluos, passíveis de serem evitados a qualquer momento, e não apenas durante os horários de silêncio. No caso dos sons provenientes do sexo, por exemplo, vê-se que a ocorrência deles pela tarde não os torna mais aceitáveis pelos vizinhos, muitas vezes ocorre o contrário<sup>20</sup>.
- 31 Nas festas de rua, para além dos ruídos de músicas e conversas, o ato de urinar faz-se questão candente, em especial (mas não apenas) pela visibilização da genitália em espaço público e pelo odor da urina após a festa. Destacadamente no carnaval, festa popular que costuma levar milhares de pessoas às ruas das cidades brasileiras, o ato de urinar se torna tema debatido no Estado e na esfera pública, promovendo até mesmo políticas públicas voltadas exclusivamente a esta questão<sup>21</sup>.
- 32 Assim, sons, restos de excrementos e restos do consumo se constituem em algumas das principais controvérsias na modulação das políticas de vizinhança. Ao apresentar a trajetória de diferentes modulações do público existente sob a elevada da avenida João Pessoa, espaço conhecido como Viaduto do Brooklyn, na região central de Porto Alegre, Nicole Kunze Rigon ressalta a presença dos ruídos e dos restos como fator conflitivo chave na modulação das políticas de vizinhança: “A agenda intermitente de eventos e o crescente público começaram a ser questionados pela vizinhança que se queixava pelo som alto e pela sujeira do espaço após os eventos” (2018, p. 46). Em abril de 2018, moradores da região produziram um abaixo assinado “que levou o Ministério Público a abrir um inquérito para fazer a apuração dessas denúncias” (RIGON, 2018, p. 46)<sup>22</sup>. Evidentemente, tal conflito entre vizinhanças não passa apenas pelos sons e restos deixados pela festa no ambiente. Há, da parte dos moradores, também uma tentativa de constituição de fronteiras excludentes dos corpos que vêm de outras partes da cidade até “seu” território: “Os moradores entendem o espaço do viaduto como residencial, pertencendo a uma rede de relações de vizinhança e de permanência no

local” (RIGON, 2018, p. 50). Os sons e os restos (lixo e excrementos) deixados pela festa, assim, acirram uma certa disputa territorial pela definição dos usos e sentidos do espaço público, em conflituosas que marcam a produção da cidade, desde suas primeiras marcas desterritorializantes das pradarias à beira do estuário Guaíba reterritorializadas em urbe (COSTA, 2007).

- 33 A festa na rua talvez represente a maior capacidade de produção de excesso no urbano, produção daquilo que circula sem foco ou meta, apenas por contágio, como o cheiro de mijo na calçada, as bitucas, as latas de cerveja vazias, os copos plásticos espalhados pelo chão, assim como a ressaca do dia seguinte. Não existe objeto passível de valor sem a existência do lixo como aquilo que é constantemente renegado e excluído para dar espaço ao novo. Ele aponta para as gigantescas depredações do animal que pode consumir numa única festa uma carteira de cigarro inteira, as bitucas vão se acumulando no desenrolar da noite, assim como as garrafas vazias. As garrafas d’água vazias, por sua vez, são um analisador de destaque que nos permite compreender como a lógica de produtividade do capital pode interferir mesmo nos dejetos que emolduram o chão da festa de rua: lembramos de como os buracos no chão da Praça dos Açorianos (no centro de Porto Alegre) eram usados para amontoar as garrafas vazias. O plástico da garrafa não é tão valorizado quanto o alumínio da latinha, então as garrafas de água não eram recolhidas por catadores e se acumulavam na festa ao longo da noite, principalmente ao redor das caixas de som, onde fica o front<sup>23</sup>.
- 34 Mas quem circula pela festa sabe que precisará conviver com o lixo se quiser usufruir deste território em suspensão, seja na mais indisciplinada diversão ou na mais sistemática operação do trabalho de repetição: mergulha a mão na caixa de isopor cheia de gelo onde se encontra boiando latão de cerveja, long neck, refrigerante, água, retira o objeto desejado pela clientela, cartão, dinheiro ou PIX, agradece, e repete. Pendurado no carrinho que comporta o isopor e um guarda-sol aberto para chamar atenção, um saco de gelo vazio improvisa uma lixeira essencial para o funcionamento daquela noite, que é trocada constantemente pelo acúmulo. O mobiliário urbano não é preparado para festas, as lixeiras laranjas instaladas pela prefeitura da cidade ficam cheias rapidamente e começam a comportar em sua volta os “restos” dessa noite: vidro, plástico e alumínio aparecem em dominância entre os materiais expostos. Es catadores, pela movimentação e o recolhimento dos materiais recicláveis, dinamizam as mudanças na paisagem durante o rolê, o excesso também é produção de renda.
- 35 No aglomerado de pessoas que decidem se apertar para ficar perto do som, os passos também são dados em cima desses restos, a latinha já amassada de tanto passarem por cima dela, as garrafas pet, alguém despreziosamente, ao terminar sua bebida, coloca no chão seu copo plástico e segue dançando. Entre um passo de dança e outro, cuidado para não pisar nos cacos de vidro que se acumulam após uma garrafa ser quebrada por passantes desavisadas. Vira e mexe surge o comentário de quem não juntou seu lixo, ou jogou o lixo no chão entre os dançantes, a música cessa e o DJ que estava tocando alerta: “galera, cada pessoa é responsável pelo seu lixo, vamos deixar esse lugar como encontramos”. Como se fosse possível voltar para o antes do início.
- 36 Sons, excrementos e lixo, assim, falam aqui de uma disputa pela constituição-ocupação de territórios em diferentes estilísticas-éticas de cidade. Tal conflito nas políticas de vizinhança, por meio de odores e sons, nos remete às operações construtoras de territorialidades por meio da urina (comum, por exemplo, entre gatos e cães domésticos) e cantos (comuns entre algumas espécies de pássaros). Dizemos isso não

com o objetivo de “naturalizar” tais conflitos de modo etológico, em uma pretensa busca de retirá-los do campo da política e da ética, muito antes pelo contrário, fazemos para ampliar o campo das estilísticas políticas para além do humano, de modo a visibilizar a extrema complexidade presente no que parece ser uma simples briga entre interesses urbanos distintos: sons taxados como “ruídos” e odores taxados como “fedor” falam da formação de um regime de sensibilidades binário-homogeneizante (RIBEIRO, 2019; BOTTONI, 2017), em sua constituição e operação na modulação de nossas relações de produção do comum segundo uma estético-política moderno-colonial. Há, aqui, uma complexa política dos corpos em aliança sendo colocada em questão, uma complexa política do viver junto sendo problematizada por gestos simples ligados à festa.

## O picho como tensionador da gestão da paisagem urbana

- 37 As festas de música eletrônica realizadas pelo coletivo Arruaça em Porto Alegre reúnem em algumas edições mais de mil pessoas. O evento tem uma dinâmica onde as ações da multidão certamente fogem do controle da organização. Em uma edição que ocorreu em 2016, a festa do coletivo ocupou a Praça da Alfândega, em frente ao Memorial do Rio Grande do Sul, prédio tombado pelo patrimônio histórico, que foi “pintado” temporariamente por projeções mapeadas em 3D realizadas por VJs, artistas que manipulam e projetam imagens.
- 38 Um episódio especial marcou aquela festa: quando já era alto da noite, a música baixou repentinamente, chamando a atenção do mar de gente, que, automaticamente, mirou as costas da estátua do Barão do Rio Branco, que fica instalada no meio da praça, onde os equipamentos de som estavam posicionados. O povo, surpreso com a interrupção do som, olhou para a cabine improvisada de DJ procurando descobrir o motivo da pausa repentina. Só foi possível perceber que um dos organizadores empunhava um microfone quando as primeiras palavras vacilantes foram amplificadas nas caixas de som: “ô, galera, não picha aí, pô”. Era visível que o orador não estava convencido da própria mensagem.
- 39 A frase emitida no *soundsystem* jogou a atenção para o destinatário da ordem: um aventureiro que, pendurado no majestoso prédio do Memorial do RS – edifício que já abrigou os Correios e Telégrafos no início do Século XX e configura um dos cartões postais do centro histórico da capital –, desenhava alguma coisa com spray vermelho na parede do prédio. Pressionado, ao mesmo tempo, por defensores do patrimônio público e defensores do picho, numa disputa sobre a posição que a organização do evento deveria assumir, o integrante do coletivo, indeciso, segue: “hoje não, galera. Se a gente pichar hoje não vai rolar mais festa aqui”, confirmando que a defesa do patrimônio teve mais força na disputa do microfone. O pichador pula das grades e some na multidão enquanto o coletivo sofre críticas da ala que defendia o direito de pichar durante a festa.
- 40 As pichações foram a pauta nas redes sociais no dia seguinte e fotos revelaram que o desenho no prédio histórico não foi a única marca deixada por arruaqueiros. Além de tags vermelhas espalhadas pelo prédio do Memorial do RS, a estátua do Barão do Rio Branco amanheceu com a frase “Quem é esse merda?” estampada na sua base, além de um espelho de Vênus sobre a placa explicativa do monumento – grafismo usualmente utilizado por parte do movimento feminista para se referir a mulheres cisgênero –,

ambos em tinta branca. Defensores da pichação e defensores do patrimônio discutiram extensivamente no fórum do evento da festa no Facebook, escancarando o fato de que a noite regada a música eletrônica na praça era um terreno político, de dissenso (RANCIÈRE, 2018). Além do questionamento evidente da institucionalidade materializado na pichação da estátua do Barão do Rio Branco, a série de *tags* pichadas no prédio do Memorial do RS mobilizam discussões sobre o público e o privado, o feio e o belo, sobretudo no que se refere ao aspecto visual da cidade.

- 41 A pichação é um tipo de comunicação e expressão visual muito comum nos centros urbanos brasileiros, uma manifestação popular contemporânea controversa que polariza opiniões. Podem ser manifestações políticas, juras de amor ou assinaturas indecifráveis aos leigos. Com pautas diversas, de futebol a religião, pichações fazem parte do cotidiano das grandes cidades, compondo o visual urbano de forma quase simbiótica. De modo superficial, a pichação consiste na escrita não autorizada de símbolos e mensagens em diferentes suportes, internos e externos, públicos e privados, como paredes, muros, portas, janelas, mobiliário, monumentos, transporte etc. Os materiais utilizados para a escrita também variam: tinta spray, "rolinho", "canetões", dentre outros. É uma prática heterogênea, realizada por diferentes grupos sociais e com objetivos e dinâmicas distintas, variando muito em questões estéticas e de conteúdo das mensagens, mas constituindo estilísticas compartilhadas por grupos que atuam localmente.
- 42 A pichação ganha atenção no Brasil nos anos 1960 com as frases de protesto contra a ditadura, escritas em letras de forma simples nos muros e focando na mensagem política (CALDEIRA, 2012; PEREIRA, 2010; PIXO, 2009). Durante os anos 1980, já no final da ditadura, a pichação começa a aparecer como prática recorrente nas grandes cidades, assumindo estéticas singulares de cada local e temas variados. Nessa fase, ganha destaque a autoria dos escritos, reivindicada através das assinaturas que podem ser individuais ou de grupos. Algumas assinaturas tornam-se complexas e sofisticadas com o tempo, configurando-se como *tags*: uma linguagem que funde o conteúdo da mensagem com um formato estético original, ganhando contornos específicos em cada local.
- 43 O desenvolvimento da pichação nas diferentes cidades ocorre de forma coletiva, seja através de grupos de pichadores que compartilham de uma mesma assinatura, seja através de uma estilística própria de cada cidade. Em Porto Alegre, desde o início dos anos 2000, grupos de pichadores identificam-se em bondes, recebendo influência dos bailes funk cariocas (COLLOVINI, 2010). A pichação organizada desenvolve-se nas cidades com características locais e, ao mesmo tempo, em interrelação com as diferentes cidades ao redor do globo, num processo de influência mútua.
- 44 Desde os anos 1980, momento em que a prática da pichação ganha força em algumas capitais do Brasil (PEREIRA, 2010; DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2017) a ação de grupos organizados de pichadores tem grande influência na escrita da cidade, realizada com spray, rolinho ou canetão. No entanto, os estilos de pichação predominantes em cada cidade e praticados pelos grupos organizados de pichadores nunca encerram as possibilidades de expressão através da pichação. A prática não se restringe à dinâmica de afiliação e competição das *crews*. Mesmo com as políticas de criminalização do poder público, pichar é uma ação disponível para quase todo indivíduo ou coletivo que ouse se arriscar e participar da produção visual na cidade, ainda que os efeitos do "risco" sejam distintos para os diferentes corpos: a violência policial agride corpos negros com mais

intensidade, assim como as ruas são mais perigosas para mulheres cisgênero e pessoas LGBTQIA+.

- 45 Mesmo assim, as diferentes coletividades afirmam-se na produção visual das cidades através da pichação. Baldissera (2019) identifica em Porto Alegre uma série de manifestações visuais urbanas de caráter feminista, dentre elas pichações, e demonstra que a discussão de gênero aparece na pichação a partir de uma distinção: além da assinatura, os escritos costumam conter mensagens que ataquem o patriarcado e convoquem a leitura das pessoas. Ela cita frases como "chega de boy lixo" e "gostosa é minha faca na tua pica" como exemplos da pichação feminista em Porto Alegre. Como na pichação da estátua do Barão do Rio Branco que ocorreu na Arruaça, a frase "Quem é esse merda?" veio acompanhada do espelho de Vênus, demarcando que as mulheres foram protagonistas da ação de questionamento da institucionalidade representada pelo monumento.
- 46 Assim, em suas diferentes formas de expressão, a prática da pichação opera dinâmicas de reconhecimento social e de pertencimento a grupos, seja através da mensagem que é direcionada à sociedade, seja através de uma comunicação interna aos grupos que colaboram ou disputam territórios. Pode inscrever na cidade mensagens de protesto, frases bem-humoradas ou mesmo *tags* que serão compreendidas apenas pelos participantes da cena de pichadorias de cada local, tensionando uma contralegitimidade política, tendo em vista que não buscam negociações com a institucionalidade (CALDEIRA, 2012). O relacionamento com os demais habitantes da urbe, os que não picham, costuma ser tenso. Raramente defendidos ou apoiados, pichadorias são condenadas pela opinião pública na maior parte das vezes, inspirando legislações criminalizantes por parte de "administrações municipais que realizaram, sem grande sucesso, cruzadas contra a pichação" (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2017, p. 590). Além de serem animadas por um conteúdo moral, que estabelece o que é o belo e o que é feio, as discussões sobre a pichação põem em evidência as noções do público e do privado, em um contexto de hegemonia da escrita comercial e mercantil das cidades, com seus infinitos anúncios publicitários, dos gigantes *outdoors* às placas dos pequenos comércios (COLLOVINI, 2010).
- 47 Dos vários efeitos da pichação, talvez uma das suas principais características seja a capacidade de desafiar a sacralidade da propriedade privada. As múltiplas possibilidades de produzir a cidade em sua dimensão visual costumam ser mediadas no capitalismo contemporâneo pelas noções de propriedade e patrimônio: conjunto de bens, materiais ou não, pertencentes a uma pessoa (física ou jurídica) e que sejam suscetíveis de apreciação econômica (CANANI, 2005). A figura de crime ao patrimônio, tipificação comum aplicada a pichadorias capturadas pela polícia, surge no final do século XVIII na França, com o objetivo de evitar a destruição de objetos artísticos, assegurando a noção de patrimônio em oposição ao vandalismo (GONÇALVES, 2007). No Brasil, a perseguição às pichadorias produziu legislação própria: em 1998 foi sancionada a Lei 9605 (BRASIL, 1998), que criminaliza a pichação e o grafite, além de diversas legislações municipais aprovadas em diferentes cidades do país.
- 48 É interessante observar que na lei de 1998 o grafite também figurava como crime. Outra modalidade de grafismo urbano, que tem origens que se confundem com as da pichação, o grafite estabeleceu uma relação amistosa com o poder público e com a iniciativa privada ao longo dos anos, frequentemente sendo patrocinados e autorizados

pelas prefeituras ou proprietários de edifícios. Em 2011, na Lei 12408, que atualiza a legislação sobre pichação, o grafite foi expressamente descriminalizado:

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 2011).

- 49 A distinção entre grafite e pichação é uma característica brasileira, estando normalmente o grafite relacionado à arte urbana e a pichação ao vandalismo (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2017). Inclusive, o grafite vem sendo utilizado como estratégia de coibir as pichações, seja através de programas de conscientização, seja através da cedência de espaços nos muros e fachadas a grafiteiros. Além disso, grafiteiros famosos participam dos circuitos artísticos internacionais, expondo suas obras em galerias do mundo todo dentro do escopo denominado como *street art*. Já os pichadores nunca contaram com apoio das prefeituras, sendo desprezados pela imensa maioria da população e tendo seus pichos associados à feiura e a destruição (CALDEIRA, 2012).
- 50 Em diversas cidades o poder público desenvolveu campanhas intensas contra a pichação, a maioria sem sucesso. Em São Paulo, no ano de 2007, o prefeito Gilberto Kassab empreendeu a campanha Cidade Limpa, que pretendia controlar a "poluição visual". Surpreendentemente, o regramento diminuiu consideravelmente a publicidade exposta em placas e *outdoors*, mas falhou em coibir a pichação, dando ainda mais destaque aos pichos<sup>24</sup>, que cresceram sem a disputa de espaço com a publicidade (CALDEIRA, 2012). Dez anos depois, em 2017, é a vez de João Dória investir contra os pichadores de São Paulo com a campanha Cidade Linda (ROMEIRO; BRITO, 2017). Apagando indiscriminadamente grafites e pichações, a campanha mobilizou um debate na opinião pública que influenciou a prefeitura, poupando as "obras" de grafiteiros, consideradas "marcas" de São Paulo. Em Belo Horizonte, o Movimento Respeito por BH tinha como uma de suas ações a operação policial BH Limpa, que efetuou a prisão de pichadores desde 2008, visando a preparação da cidade para a Copa de 2014. Dentre as políticas de combate a pichação estavam a conscientização dos jovens através do grafite (VIEGAS; SARAIVA, 2015).
- 51 Em Porto Alegre, um projeto de lei "antivandalismo" foi encaminhado à Câmara de Vereadores em 2017, pelo então prefeito Nelson Marchezan Jr., durante a Semana Cidade Limpa, propondo punições mais severas aos pichadores (PORTO ALEGRE, 2017). No mesmo ano, o projeto *Zis Grafite* contou com financiamento municipal para elaboração de um percurso turístico. Cada uma das seis intervenções, grafites distribuídos pelo bairro Floresta, possui um QR Code que aponta para a descrição das obras. Na atual lógica de mercantilização das cidades, o grafite foi incorporado pelo capitalismo como produto que valoriza o espaço urbano, enquanto a pichação segue alvo de perseguição e pânico moral. Paradoxalmente, a cruzada contra as pichações materializa-se nas cidades através de câmeras, grades e uma série de outros dispositivos de segurança que não são necessariamente belos, evidenciando uma disputa latente sobre as qualidades estéticas das intervenções (COLLOVINI, 2010).
- 52 Sobre a polêmica envolvendo a pichação durante a festa do coletivo Arruaça, um fato é curioso: o evento era patrocinado por uma produtora audiovisual que estava gravando um documentário sobre as expressões da juventude nos centros urbanos brasileiros,

tendo como mote o grafite. As projeções mapeadas em 3D no prédio do Memorial do RS eram propostas como "grafite digital". Es integrantes da produtora protagonizaram a condenação das pichações na polêmica que envolveu o evento. Sua preocupação principal era a proteção do patrimônio público, uma vez que eram legalmente responsáveis pela produção da festa. O coletivo Arruaça, a partir da relação de patrocínio, viu-se implicado na preservação visual do espaço público, atuando como polícia durante a noite, na tentativa de evitar as pichações. A situação visibiliza os tensionamentos nas fronteiras entre o que é público e o que é privado. Agentes privados atuando na moderação das expressões no espaço público; patrocínio e autorização como mecanismos de terceirização da responsabilidade pela defesa do patrimônio.

- 53 A produtora audiovisual, ao elencar o "grafite digital" como manifestação artística urbana, condenando a pichação, estabelece uma hierarquia evidente entre uma prática e outra, mobilizando beleza e feiura como régua que legitima as formas de expressão visual. Por outro lado, o coletivo Arruaça, ao ser patrocinado e receber autorização para a realização da festa, oscila entre a profanação do espaço público através da festa de rua, que dá novos sentidos ao espaço, e o controle da produção visual da cidade. O episódio ajuda a perceber a festa de rua como fenômeno heterogêneo, que escapa ao controle dos organizadores. Proporcionando uma experiência de liberdade no espaço público, a festa de rua cria margens para outras transformações visuais, algumas indesejadas por parte da sociedade, inclusive pelas próprias organizadoras. O terreno político é ampliado e as disputas demonstram uma potência de deslocamento em relação às possibilidades de produção do urbano.

## A Festa e o Mijo, o Picho e o Lixo

- 54 Assim como o picho, o lixo e o mijo, algumas festas de rua não buscam por autorizações do Estado ou patrocínios do mercado: rompem de modo não conciliatório as políticas hegemônicas que formam nossas cidades. No entanto, tal como o grafite e a *street art*, muitas vezes as referidas festas encontram arranjos conciliatórios com as esferas estatais e mercadológicas, sendo por essas legitimadas. Vemos assim, que tanto a pichação, o ato de mijar e o descarte de lixo, quanto as festas de rua, se estabelecem entre a conciliação e não conciliação micropolítica em nossas modulações do urbano.
- 55 A festa de rua é um evento relativamente efêmero na vida da cidade, ocorre durante algumas horas, produzindo intensa transformação do ambiente, e, ao terminar, permite à cidade voltar ao seu normal. A efemeridade é característica comum ao picho, ao mijo e ao lixo, que estão sempre sujeitos à remoção, limpeza etc. O picho, o lixo e o mijo fazem com que a festa de rua extrapole os limites oficiais do evento. Em um gradiente de efemeridade, estes restos permanecem mais que os outros elementos da festa, configurando-se como rastro sensível do acontecimento, marca da festa de rua que fica exposta nos dias seguintes, até que seja removida pelo poder público, pelas proprietárias ou pelas responsáveis pelo evento.
- 56 Outro elemento comum ao picho e à festa de rua é utilização da cidade para o lazer através de formas inusitadas, muitas vezes proibidas. Pichadoras fazem uma leitura peculiar da arquitetura da cidade, escrevendo por toda parte, apropriando-se dos espaços em função dos seus objetivos na busca por visibilidade (CALDEIRA, 2012). Do mesmo modo, organizadoras e frequentadoras de festas de rua procuram, em cada

detalhe da arquitetura urbana, suporte para melhor aproveitamento da festa. A acústica é melhor em ruas estreitas e viadutos, estes últimos também servindo como proteção contra a chuva. Largos e praças permitem uma pista de dança maior. Superfícies planas servem como tela para as projeções. Productories debatem sobre a paisagem que servirá de enquadramento estético para a experiência da festa.

- 57 Participantes das festas de rua, como vimos em relato do artigo, reinventam o uso dos espaços instituindo banheiros coletivos, femininos e para corpos que expressam gêneros dissidentes, em jardins ou “cabaninhas” no meio da pista, para produção de privacidade em meio ao público. Recicladoras habitam as festas como território de trabalho noturno, buscando alumínio para vendê-lo pela manhã. Ambulantes improvisam pequenos negócios fugazes com isopores, mesas, vans etc., e penduram sacos de gelo vazios para servirem de lixeiras públicas.
- 58 Diferente de outras manifestações políticas no espaço urbano, como ocupações e passeatas, que, muitas vezes, selecionam o local a ser ocupado pelos corpos em função da simbologia a que remete (como ocupações de autarquias públicas ou sedes de poderes) ou pela visibilidade proporcionada (grandes largos e avenidas em regiões centrais), a festa de rua está interessada em potencializar esteticamente a experiência de quem se reúne em coletivo. Pensar estrategicamente os aspectos sonoros e visuais da paisagem urbana, portanto, faz parte do processo de composição da festa, além de também atentar à promoção de bem-estar dos participantes, em uma lógica muito próxima dos serviços de entretenimento em geral, planejando o espaço físico, acesso, segurança etc.
- 59 Festeiros estão menos interessadas em viralizar o conteúdo de uma mensagem que será passada à parte da sociedade que não participa das suas ações – diferente dos protestos tradicionais, que servem como visibilizadores de pautas nas mídias sociais, por exemplo – e mais interessados no efeito que a própria ação coletiva terá entre os participantes. Assim, a festa se estabelece mais como experimentação política de um coletivo de afetações do que como um modo de tornar nítida uma pauta política específica por meio de faixas, banners, palavras de ordem etc.
- 60 A evidente possibilidade de produção de uma narrativa de si/nós, compartilhada entre seus pares e objeto de reconhecimento, se faz na efemeridade da paisagem urbana. Partindo da delimitação de que política é a prática de modulação das estilísticas, do ethos, de nossos coletivos entre humanos (e não humanos), somando a isso a concepção ética de política como promoção do dissenso (RANCIERE, 2018). Em contraposição à polícia e sua delimitação de hegemonias homogeneizantes, afirmamos que a festa de rua é uma experimentação política que incide sobre o campo micropolítico dos afetos, percepções, gestos, cotidianos e trajetos da vida nas cidades. Por meio dos restos das festas de rua abordamos algumas das operações de tensionamento e deslocamento de fronteiras organizadoras do urbano, desde uma norma instituída: para além do juízo do perfume e do fedor, do som e do ruído, do lixo e do bem de consumo, da arte e da depredação.
- 61 Nessas produções de dissoluções ou preservações das fronteiras que organizam os cotidianos urbanos – em seus regimes de visibilidade e invisibilidade – a festa apresenta-se como uma prática política de produção do comum, compreendido como promoção de articulação entre singularidades a dissolver segmentações prévias. Complexificar e singularizar os territórios urbanos por meio da ocupação festiva é uma das operações possíveis das festas de rua. Além de possibilitar encontros entre

populações em geral separadas por abismos urbanísticos e cotidianos, a festa transforma nossa própria percepção da cidade: não há como viver um espaço da cidade do mesmo modo, após experienciá-lo como participante de uma festa de rua.

- 62 Evidentemente, tal prática de dissenso e dissolução convive com uma série de reiteraões das fronteiras estabelecidas por critérios econômicos, sociais, raciais, de gênero e sexualidade, posto que as festas abrem frestas em meio tais fronteiras, sem romper por completo com estas. Inclusive, pelo contrário, algumas dessas segmentações instituídas servem exatamente de sustentáculo para a existência da festa de rua como território instituído: a constituição de um coletivo razoavelmente homogêneo, no que se refere às questões econômico-sociais, a usual complacência policial para com um público majoritariamente branco de classe média e média-alta, as fronteiras imateriais que cindem, muitas vezes, o público da festa da população que comumente habita esses espaços da cidade pela noite, entre outros. Neste sentido, vemos não apenas as articulações com o Estado e com o mercado, como também acompanhamos a reiteração de lógicas machistas, misóginas, racistas, capacitistas e cisheteronormativas nas modulações da organização e das interações durante as festas. É exatamente no paradoxo entre a dissolução e reiteração destas fronteiras que veremos a festa de rua enquanto um tensionamento dos limites, em especial, entre a lógica privatista e a do público como território do comum, do encontro entre as diferenças urbanas.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2009. ISBN: 9788520922835.
- BALDISSERA, Marielen. Barraqueiras e heroínas: escritos feministas nas ruas de Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, n. 55, pp. 179-208, Porto Alegre, 2019.
- BERGSON, Henri. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999. ISBN: 85-336-1021-1.
- BERGSON, Henri. Memória e vida. São Paulo: Martins Fontes, 2006. ISBN: 85-336-2244-9.
- BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Editora Veneta, 2018. ISBN: 978-85-9571-033-7.
- BOTTONI, Francine Delavald. Uma palavra para dizer o murmurar dos ventos: a urgência como constituinte da subjetivação. 194 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- BOTTONI, Francine Delavald; COSTA, Luis Artur. Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. Quaderns de Psicologia, vol. 20, n.1, 2018, p. 89-100. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1436>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BRASIL, Presidência da República. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras

providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm). Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12408.htm). Acesso em: 13 out. 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. ISBN: 978-85-200-1315-1.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 94, pp. 31-67, Nov. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002012000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002). Acesso em 10 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002>.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes antropológicos*, v. 11, n. 23, pp. 163-175, Porto Alegre, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. ISBN: 978-8532611482.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. ISBN: 9788592886189.

CODATO, Marcos Vinícius Ferreira. Poluição visual e sonora: uma relação conturbada entre meio ambiente e sociedade. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental-REGET*, v. 18, n. 14, pp. 1312-1317, 2014.

COLLOVINI, Tiago Luís Gilli. *Pichação: autoafirmação juvenil e territórios de promoção da periferia de Porto Alegre*. 2010, 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Luis Artur. *Brutas Cidades Sutis: o espaço-tempo da diferença no contemporâneo*. 222 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

COSTA, Luis Artur. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. esp., pp. 551-576, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000500551&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000500551&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 12 fev. 2021.

COSTA, Luis Artur. Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Revista Paralelo 31*, ed. 15. Pelotas, dez 2020; pp.180-207. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/21006/12956> Acesso em: 12 jul. 2022.

COSTA, Luis Artur et. al. Escritas de Si: Por uma Ética da Experimentação Ficcional. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2022. DOI: 10.5020/23590777.rs.v22i1.e11970. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/11970>. Acesso em: 12 jul. 2022.

COSTA, Luis Artur; FONSECA, Tania Mara Galli. Do contemporâneo: o tempo na história do presente. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 2, pp. 110-119, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo social**, v. 27, n. 1, pp. 261-273, 2015.

- DIAS, Alfrancio Ferreira; ZOBOLI, Fabio; SANTOS, Adriana Lohanna dos. O banheiro como espaço político de gênero. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/11734/pdf>. Acesso em 5 Mar 2021. <https://doi.org/10.17058/rea.v26i2.11734>.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. ISBN: 9788527301381.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. São Paulo: Paz e Terra, 2018. ISBN: 978-85-7753-399-2.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs vol.5**. São Paulo: Ed. 34, 1997. ISBN: 978-85-73260-57-1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010. ISBN: 978-85-7326-446-3.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1992. ISBN: 85-85490-02-0.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. ISBN: 978-8571371279.
- DINIZ, Alexandre Magno Alves; FERREIRA, Rodrigo Guedes Braz; LACERDA, Angélica Gonçalves. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3332/333251655011.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.
- FOUCAULT, M. O que é a Crítica. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie**, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr/juin, 1990. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filosco/foucault/critique.html>. Acesso em: 25 out. 2020.
- GIACÓIA Jr, Oswaldo. **Nietzsche como psicólogo**. São Leopoldo: UNISINOS, 2001. ISBN: 85-7431-074-3
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, p. 239-248, 2007. ISBN: 978-85-7682-198-4.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagú**, n. 5, p. 07-41. Campinas, 1995.
- KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2020, v. 28, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 12 jul. 2022. ISSN 1806-9584.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012. ISBN: 978-85-232-0864-6.
- LOURAU, René. **Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004. ISBN: 85-271-0671-5.
- LUCRÉCIO. **De la naturaleza de las cosas**. Madrid: Ediciones Cátedras, 2007. ISBN: 9788437604138.
- NIETZSCHE, Friedrich. Considerações Extemporâneas. In: **Obras incompletas - Coleção Os Pensadores**. Nova Cultural: São Paulo, 1999. ISBN: 85-13-00857-5.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. ISBN: 98-4364.

OLIVEIRA, Tainá dos Santos. “**Minha casa, minha vida?**”: das políticas de habitação às políticas de habitar. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2018.m.11644767775>

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

PAULON, Simone Mainieri. Análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 17, pp.16-23, 2005.

PAULON, Simone Mainieri.; ROMAGNOLI, Roberta. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)**, n.10, pp. 85-102, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>> Acesso em: 20 out. 2020.

PENNACHIN, Deborah Lopes. Signos subversivos: das significações de graffiti e pichação – Metrópoles contemporâneas como miríades sígnicas. **Anais eletrônicos**. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, 2-6 set. 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/114953502668582838768987458002518756998.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pichação em São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 79, p. 143-162, 2010.

PORTO ALEGRE. Prefeitura propõe punições mais duras contra o vandalismo. **Prefeitura de Porto Alegre**, Segurança, 2017. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smseg/default.php?p\\_noticia=999190058&PREFEITURA+PROPOE+PUNICOES+MAIS+DURAS+CONTRA+O+VANDALISMO](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smseg/default.php?p_noticia=999190058&PREFEITURA+PROPOE+PUNICOES+MAIS+DURAS+CONTRA+O+VANDALISMO). Acesso em: 13 Out. 2021.

PRECIADO, Paul B. Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. Em: Revista **Performatus**, ano7, nº20, Abril 2019. Disponível em: <https://performatus.com.br/traducoes/lixo-e-genero/>. Acesso em 7 set. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018. ISBN: 978-8573266924.

RIBEIRO, Palmira Margarida da Costa. O nariz subversivo: a domesticação dos cheiros e das paixões. 161 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro 2019.

RIGON, Nicole Kunze. **Sociabilidade, conflito e resistência: etnografia no viaduto do Brooklyn em Porto Alegre**. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ROMEIRO, Paulo; BRITO, Gisele. O programa Cidade Linda e a ideia de beleza da gestão João Dória. **Observatório das Metrópoles**, Artigos Semanais, 2017. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/o-programa-cidade-linda-e-ideia-de-beleza-da-gestao-joao-doria/>. Acesso em: 13 out. 2021.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Editora Prometeo, 2008. ISBN: 9875741973.

SIMONDON, Gilbert. A gênese do indivíduo. In: **Cadernos de Subjetividade: o reencantamento do concreto**. São Paulo: Editora HUCITEC EDUC, 2003. ISBN: 9788527106153.

SIMONDON, Gilbert. **La individuación**: a la luz de las nociones de forma y de información. Buenos Aires: Ediciones La Cebra y Editorial Cactus, 2015. ISBN: 978-9873831010.

VEIGAS, Glauce Cristine Ferreira Santos; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **Rev. Adm. Mackenzie**, 16(5), São Paulo, set./out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/tChB5C4sVdzjwNWPZncKHjj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

VEIGA, Edison. Uma gestão inacabada: Urbanismo. Infográficos, **Estadão**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/uma-gestao-inacabada/urbanismo.php>. Acesso em 8 Jan 2021.

PIXO. Direção: Roberto T. Oliveira e João Wainer. Produção: Roberto T. Oliveira. Roteiro: João Wainer. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2009. Documentário, color, digital, legendado (61 min).

WELSER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 9, pp. 460-482, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>. Acesso em 7 Set. 2021.

## NOTAS

1. Utilizamos neste artigo a linguagem neutra de acordo com o guia de Ophelia Cassiano (2019).
2. Projeto de Pesquisa "EXPERIÊNCIAS URBANAS E PRODUÇÃO DO COMUM: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância", coordenado pela docente Simone Paulon, do PPG de Psicologia Social da UFRGS, aprovado pela Compesq (número 32916) e pelo CEP (parecer n. 2.531.879), financiado pelo Edital Universal 01/2016 da Comissão de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).
3. Adotamos aqui a nomenclatura pela qual o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) se autodenomina. Compreendemos, assim, que tal termo carrega consigo a delimitação do coletivo das pessoas em situação de rua desde uma perspectiva política, como movimento social com suas singularidades e heterogeneidades próprias a todos movimentos político-sociais.
4. Optamos por usar o termo livre circulação entre aspas para marcar uma posição, pois entendemos que, apesar de tal liberdade de circulação, em alguns locais do espaço público, estar supostamente garantida através de instrumentos jurídico-institucionais, como as próprias legislações municipais, estaduais e federais, a experiência de maior ou menor liberdade se dá a partir de atravessamentos específicos de raça, gênero, sexualidade e classe.
5. Psicotopologia ou Psicotopografia é um conceito apresentado por Hakim Bey em seu livro TAZ - Zona Autônoma Temporária (2018) como alternativa ao mapeamento hegemônico realizado pelos Estados a fim de encerrar todos os territórios, físicos e existenciais, em fronteiras sob as quais impera sua força política e policial. No entanto, a representação de tais mapas é uma abstração que jamais dará conta da escala 1:1, a escala dos territórios no nível cotidiano dos acontecimentos, onde a psicotopologia pode sugerir espaços e momentos de abertura a potenciais Zonas Autônomas Temporárias.

6. Zonas Autônomas Temporárias são experiências invisíveis ao Estado com lugar e duração determinadas, apresentadas por Hakim Bey (2018) como uma tática de resistência ao poder hegemônico estatal através do "desaparecimento", numa valorização da efemeridade da insurreição em contraste com a pretensão de permanência das revoluções.

7. Simondon (2008; 2015; 2003) discorre sobre o modo de individuação dos objetos técnicos, diferenciando este das formas de individuação dos minerais, seres vivos e coletivos humanos. Realiza isso de modo a fazer ver uma coerência própria das formas de variação dos objetos técnicos para além da sua dependência da ação humana, demonstrando que, mesmo estando estreitamente relacionada com esta, inclusive transformando-a, uma série de variações são constituídas a partir das relações entre os objetos técnicos em uma rede sociotécnica que escapa à planificação humana desta.

8. Acompanhamos nestas máquinas tanto linhas de homogeneização quanto linhas de singularização. Entre as linhas de homogeneização, podemos citar: o mercado e especulação imobiliária com a financeirização do território urbano (que torna passível de comparação um metro quadrado em qualquer ponto do globo), os estilos arquitetônicos moderno-coloniais (desde a arquitetura colonial ibérica, passando pelo neoclássico, *art nouveau* e *art deco*, modernismo, brutalismo, prédios envidraçados, entre muitos outros estilos que se internacionalizam desde centros de poder-influência) e as modulações burguesas, que erigem fronteiras duras e privatistas-individualistas entre o público e o privado (objeto de estudo deste artigo). No entanto, há de se ressaltar que tais linhas homogeneizantes sempre se realizam de forma singular em cada máquina, em cada lugar, sendo tensionadas pelas singularidades dos lugares e das práticas do cotidiano.

9. Aqui a noção de comum não pretende de modo algum referir um plano homogêneo único e tampouco um espaço geral no qual diferentes pessoas se encontram em uma mesma atividade. Assim, não referimos uma categoria homogênea nem um ponto de intersecção comum, mas sim um plano de imanência múltiplo, heterogêneo, em devir, no qual as diferenças se encontram pelas/nas diferenças, sem totalizações ou homogeneizações. A noção de comum, assim, refere coletivos tensos e conflitivos.

10. O grupo de pesquisadoras teve diferentes formações no decorrer da ação do Dispositivo Coletivo de Análise: formado por homens e mulheres cis, todes vinculadas à universidade (discentes de graduação, pós-graduação e docentes), em sua grande maioria brancas, com alguma diversidade de orientações sexuais. Ressalta-se que todes pesquisadoras mantêm um intenso vínculo com as festas de rua como frequentadoras ou produtoras destas. Tal posicionalidade das pesquisadoras, evidentemente, atravessa as análises efetuadas neste artigo.

11. O coletivo Cumbia na Rua de Porto Alegre iniciou suas primeiras ações no ano de 2016, na intenção de promover ritmos latinos em suas festas. As festas eram realizadas nos espaços públicos da cidade como também em ocupações urbanas na luta por moradia.

12. <https://drauziovarella.uol.com.br/urologia/preconceito-e-falta-de-acesso-a-banheiros-aumentam-o-risco-de-infeccao-urinaria-em-pessoas-trans/>  
<https://ponte.org/impedidas-de-usar-o-banheiro-a-realidade-de-pessoas-trans-no-brasil/>

13. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/bolsonaro-posta-video-com-pornografia-e-conteudo-tem-acesso-restringido.ghtml>

14.

<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2016/04/29/grupo-que-cuspiu-vomitou-e-defecou-em-fotos-de-politicos-recebe-ameacas-de-morte.htm>

<https://catracalivre.com.br/cidadania/caguei-e-cagaria-novamente-diz-artista-que-defecou-em-cartaz-de-bolsonaro/>

<https://performatus.com.br/dos-cadernos/transbordacao/>

15. <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2018/10/01/depois-de-bolsonaristas-compararem-mulheres-de-esquerda-a-cadelas-eduardo-filho-do-pai-diz-que-as-se-direita-sao-muito-mais-higienicas/>

16. <https://zap.aeiou.pt/multa-mulher-urinava-publico-transforma-debate-sexismo-174441>

17. <https://ninalemos.blogosfera.uol.com.br/2018/05/11/homem-fazer-xixi-sentado-tabu-no-brasil-normal-na-alemanha/>

<https://www.dw.com/pt-br/alemanicas-por-que-na-alemanha-homens-fazem-xixi-sentados/a-40523538>

18. O termo “lixo” que utilizamos neste texto é um juízo de valor estético moral que se distingue da noção de resíduo – aquilo que pode ser reutilizado e reciclado – ainda que se tenha relação.

19. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/06/Moradores-da-Cidade-Baixa-reclamam-do-cheiro-de-xixi-impregnado-nas-ruas-4536597.html>

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/10/estudantes-criam-campanha-pelo-fim-do-xixi-nas-ruas-da-cidade-baixa-na-capital-4317854.html>

20. <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/01/sexo-barulhento-vira-caso-de-policia-no-interior-de-sao-paulo.shtml>

<https://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6125056?skin=folhaonline>

21. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/02/01/programa-lixo-zero-multou-29-mil-pessoas-por-urinar-em-vias-publicas-no-rio-em-2018-799-estao-inadimplentes.ghtml>

[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/02/26/interna\\_nacional,1033879/prefeitura-de-sp-multa-46-por-xixi-na-rua-durante-o-pre-carnaval.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/02/26/interna_nacional,1033879/prefeitura-de-sp-multa-46-por-xixi-na-rua-durante-o-pre-carnaval.shtml)

22. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/04/mp-abre-inquerito-para-apurar-barulho-no-brooklyn-de-porto-alegre-cjg6zfl0h01le01qlx0krbxs.html>

23. O front é a aglomeração de pessoas que ficam na frente do DJ.

24. Na cidade de São Paulo, os praticantes do tag reto costumam referir-se a sua prática como picho, com "x" (PEREIRA, 2010).

---

## RESUMOS

As festas de rua são tomadas, neste artigo, como intervenções clínico-políticas sobre nossos modos de viver e fazer cidades. São, portanto, entendidas como ações que tensionam ou deslocam nossos processos de subjetivação e formas de vivermos juntas<sup>1</sup>. Como tal, problematizam, especialmente, nossas práticas de modulação das fronteiras entre o público e o privado, provocando uma série de invenções, estranhamentos e conflitos. O método cartográfico orientou o estudo, guiando-o entre experimentações urbanísticas, operadas por eventos festivos e suas provocações aos nossos modos de existir. Acompanhando processos que iam da concepção aos encontros/embates entre corpos em festa, tomamos alguns dos seus elementos para fazer ver práticas que evidenciam tanto nossas formas instituídas de separar o público do privado quanto as que colocam esta separação em xeque. São sons, excrementos e lixo que aqui falam de uma disputa pela constituição-ocupação de territórios e apontam diferentes ético-estéticas de políticas da cidade.

Street parties are taken here as clinical-political interventions on our ways of living and making cities, that is, actions that stress or displace our processes of subjectivation and ways of living together. Street parties as a clinical-political practice that problematize, in particular, our practices of modulating the boundaries between public and private, causing a series of inventions, estrangements and conflicts. To highlight these urbanistic experiments operated by such festive events and their provocations to our ways of existing, we take some of their elements to show some practices that make visible our established ways of separating the public from the private and, at the same time, place them in check. Sounds, excrement and garbage, thus, speak here of a dispute for the constitution-occupation of territories in different ethical-aesthetic policies of the city.

## ÍNDICE

**Keywords:** cities, street parties, processes of subjectivation, production of the common, waste

**Palavras-chave:** cidades, festas de rua, processos de subjetivação, produção do comum, lixo

## AUTORES

### GABRIEL VARGAS BERNARDO

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

[gabrielv.bernardo@gmail.com](mailto:gabrielv.bernardo@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4749-4680>

### CAMILA BRAZ DA SILVA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

[caamilabraaz@gmail.com](mailto:caamilabraaz@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0706-0335>

**LUIS ARTUR COSTA**

Docente adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

[larturcosta@gmail.com](mailto:larturcosta@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-6110-7512>

**SIMONE MAINIERI PAULON**

Docente Associada do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

[simonepaulon@gmail.com](mailto:simonepaulon@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0387-1595>

**RAFAEL GODOIS SALDANHA**

Graduando pelo Instituto de Psicologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

[rafinhasaldanha1@gmail.com](mailto:rafinhasaldanha1@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-3104-8942>